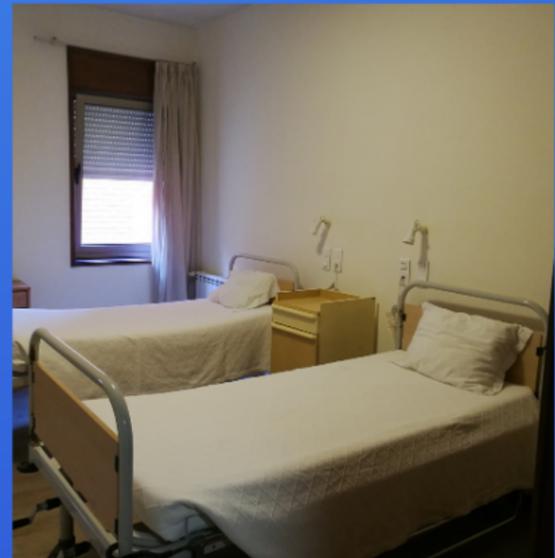




**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia
da
Póvoa de Varzim**



**RELATÓRIO E
CONTAS 2020**



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. nº 500 850 208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA **CONVOCATORIA**

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **27 de Março de 2021 (sábado)**, pelas **09.30 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

***Ponto 1** - Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2020, e do Parecer do Definitório;*

***Ponto 2** - Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o n.º 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 08 de março de 2021

O Presidente da Assembleia Geral

Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, Prof. Dr.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

1 – Missão

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim (SCMPV), instituída no ano 1756, é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, traduzindo-se na prestação tripartida social/saúde/culto católico, com solidariedade a todos os que precisam.

2 – Visão

É desejo da SCMPV ser uma Instituição de referência ao nível da qualidade dos serviços prestados, do respeito pelo passado histórico-cultural, da preservação do património e da abertura à inovação social.

3 – Valores

A prática das obras de Misericórdia assenta nos seguintes valores: humanidade, honestidade, solidariedade, transparência, igualdade, profissionalismo, equidade e rigor.

4 – Atividade Desenvolvida

O Plano de Ação para o ano de 2020, assentava em sete eixos de orientação estratégica:

- I – Capacitação e qualificação de trabalhadores;
- II – Promoção da qualidade dos serviços prestados;
- III – Requalificação das estruturas físicas da ERPI e ERPI - Pensionato;
- IV – Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
- V – Voluntariado
- VI – Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;
- VII – Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

A pandemia COVID19, obrigou a alterar de modo significativo a estratégia estabelecida.

A atividade da Instituição centrou-se, particularmente, em garantir a resposta aos mais carenciados, o que fez com que o Programa de Emergência Alimentar (PEA), fornecesse um nº de refeições muito para além do protocolado com o ISS. Internamente, foi assegurada a manutenção da qualidade dos serviços prestados, nas diferentes respostas sociais, para garantir a sua proteção, contra possível surto da COVID19. Essa estratégia permitiu passar a 1ª vaga da pandemia, sem qualquer caso da doença. O surto surgiu em

novembro espalhando-se da ERPI-Pensionato, á restante ERPI, e atingindo depois, Cuidados Continuados de Longa Duração. A primeira consequência da pandemia foi a suspensão do voluntariado. A reorganização dos serviços, na sua generalidade, não pode ser realizada, intervindo-se apenas nos serviços de apoio; manutenção, cozinha (aquisição de um forno de alto rendimento), serviços administrativos e SAD. Este serviço, teve uma melhoria de meios para aumento da qualidade e eficiência, com a introdução de meios digitais de registo informático, e a renovação da frota de viaturas. A aquisição de um segundo "servidor" veio permitir garantir a estabilidade e eficiência da rede informática.

A capacitação e formação dos recursos humanos, teve, apesar de tudo, um atividade significativa, de que resultou em cerca de 270 horas de formação. Os protocolos de colaboração com o IEFP para a promoção do emprego, traduziram-se na colocação de 7 pessoas, algumas com deficiência. Também no âmbito do programa MAREESS, contrataram-se 3 pessoas.

Os programas de apoio à atividade e ao emprego, foram também instrumentos usados para tentar atenuar os efeitos da Pandemia sobre a tesouraria. Outros programas financeiros de apoio à tesouraria foram usados, para garantir a normalidade na atividade da Instituição, pese embora a significativa redução nas receitas, por baixa da atividade.

A Requalificação das estruturas físicas da ERPI e ERPI – Pensionato, prosseguiram, embora com um ritmo inferior ao planeado.

A Instituição interveio na comunidade através de diferentes respostas sociais:

Frequência Média de Utentes (%)	Utentes protocolo/camas/ refeições	2020			2019	2018
		Admissões	Saídas/Obitos			
Apoio Domiciliário deficiência – CEAP	50			100%	100%	100%
Apoio Domiciliário Idosos	85	38	48	89%	92%	94%
ERPI – Lar Nª Srª Misericórdia	57	9	22	98%	98%	100%
ERPI – Lar Grandes Dependentes	41	8	12	98%	100%	99%
ERPI – Pensionato	37/18	0	7	N/D	N/D	N/D
Centro Dia	60	8	12	83%	89%	99%
Programa Emergência Alimentar (PEA)	46/70 dia	N/D	N/D	152%	N/D	N/D
Unidade Cuidados Continuados -LD	27	13	15	100%	100%	100%
Unidade Cuidados Continuados -MD	21			100%	100%	100%
Centro Medicina Física e Reabilitação				N/D	N/D	N/D

No Apoio Domiciliário (SAD) a frequência média tem vindo a descer, tendo ficado nos 89%, em 2020. Para além dos receios relacionados com a pandemia, a volatilidade da procura e a existência de outras instituições a prestarem o mesmo tipo de serviços, parece estar a dificultar a entrada de novos utentes, fazendo com que o hiato temporal entre a saída de um utente e a entrada tenha vindo a aumentar.

No caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), verificou-se uma diminuição da frequência média, no último quadrimestre do ano, resultante da pandemia e dos receios relacionados com surtos em lares.

Na ERPI – Pensionato devido às obras em curso de requalificação e à necessidade de quartos de isolamento devido à Pandemia, não foram feitas novas admissões, pelo que a frequência foi muito baixa. Nesta resposta social embora a sua capacidade máxima seja de 37 camas, a maior parte dos quartos são ocupados por uma só pessoa e há quartos que estão desocupados porque os seus usufrutuários ainda não residente na Instituição, pelo que a frequência de 2010 foi de 18 residentes

O Centro de Dia, por imposição legal, encerrou as suas atividades em março, só reabrindo em setembro, encerrando de novo em novembro. Aos utentes interessados, mantivemos apoio no domicílio. As equipas de ocupação, por via postal e usando meios de comunicação à distância, áudio e vídeo, promoveram atividades de modo a que os utentes mantivessem ligação entre si e à Instituição, atenuando o isolamento resultante do seu confinamento. Este encerramento teve como resultado quebra nas receitas de utentes.

O Programa de Emergência Alimentar – PEA, garantiu um apoio alimentar aos mais carenciados, em cerca de 50% mais do que o protocolado com o ISS.

O Centro de Medicina Física e de Reabilitação, durante o 1º confinamento, encerrou a maior parte dos seus serviços, durante o mês de maio, tendo a sua atividade, depois da reabertura, tido uma retoma lenta, que se traduziu numa quebra acentuada da receita.

As unidades de cuidados continuados, média e longa duração, não tiveram significativa alteração da sua frequência, relativamente a anos anteriores.

5 – Prestação de Contas

Com o objetivo de tornar o mais transparente possível a gestão da Instituição, e dando seguimento às normas legais em vigor, a Mesa Administrativa coloca à disposição dos interessados, no seu website (www.scmpvarzim.pt), as contas do exercício de 2020, acompanhadas pelos respetivos anexos contabilísticos. A qualidade e a veracidade das peças são garantidas pelo Definitório e pelo Revisor Oficial de Contas, cuja apreciação se encontra evidenciada no Parecer do Definitório e na Certificação Legal de Contas.

6 – Situação Patrimonial

A evolução da estrutura do balanço, expressa no quadro, permite compreender a situação patrimonial da Instituição. O ativo e o passivo variaram, de 5% e 44%, respetivamente.

Estrutura do Balanço (€)	Δ (2019-2020)	2020	2019	2018
Ativo não corrente	6%	13.546.267,97	12.831.942,45	12.604.530,72
Ativo corrente	4%	979.004,36	942.561,46	875.753,22
Total do ativo	5%	14.525.272,33	13.774.503,91	13.480.283,94
Fundo patrimonial	-1%	11.563.427,36	11.723.459,31	11.769.640,69
Passivo não corrente	121%	837.879,10	378.812,44	701.520,55
Passivo corrente	27%	2.123.965,87	1.672.232,16	1.009.122,70
Total do passivo	44%	2.961.844,97	2.051.044,60	1.710.643,25
Total fundo patrimonial e passivo		14.525.272,33	13.774.503,91	13.480.283,94

6.1. Ativo Corrente

Em 2020 o ativo corrente aumentou 4%, o que representa uma variação líquida de 36.443€. Esta variação deve-se aos seguintes factos:

aumento do valor inscrito na rubrica “Estado e outros entes públicos”, em comparação com o ano anterior, por se estarem a formalizar-se mais pedidos de reembolso de IVA relacionados com as obras.

recebimento da dívida do CCRD (Imageologia), referentes aos anos de 2017, 2018, 2019.

recebimento da isenção da taxa de licença da obra “Alteração e Ampliação da ERPI”
aumento dos créditos a receber relacionados com a ARS, Segurança Social e utentes das diversas valências por dificuldade de deslocação dos familiares devido ao confinamento.

6.2. Ativo não Corrente

Em termos de imobilizado, a evolução das principais rubricas foi a seguinte:

Ativo não corrente (€)	Δ (2019-2020)	2020	2019	2018
Ativo fixo tangível	6%	13.503.072,25	12.798.109,62	12.576.544,84
Investimentos financeiros	28%	43.195,72	33.832,83	26.941,56
Ativo intangível		0,00	0,00	1.044,32
Total		13.546.267,97	12.831.942,45	12.604.530,72

A variação dos ativos fixos tangíveis foi de 6%, ou seja o valor das aquisições efetuadas, em 2020 foram superiores ao das depreciações. Os reforços mais significativos foram atualização/aquisição de equipamentos informáticos, aquisição de viaturas para renovação da frota automóvel e obras de reparação nos edifícios e equipamentos, num total de cerca de 86 mil euros.

Ainda dentro desta rubrica destaca-se o reforço, de cerca de 838 mil euros, do ativo fixo tangível, relacionado com a parte executada da obra de “Alteração e Ampliação da ERPI”,

em curso.

Os investimentos financeiros, aumentaram essencialmente devido à compra de ações inerentes às garantias das linhas de financiamento para as obras em curso (ações da NORGARANTE).

6.3. Passivo Corrente

No passivo corrente, verificou-se uma variação de +27%, devido ao aumento dos financiamentos obtidos, para compensar a quebra de receitas registadas no ano, apoio nos investimentos decorrentes das obras em curso, atrasos nos recebimentos por parte das entidades e dos utentes e do apoio a outros investimentos do ativo fixo tangível.

Passivo corrente (€)	Δ (2019-2020)	2020	2019	2018
Fornecedores	25%	484.171,41	387.931,96	216.284,52
Estado e outros entes públicos	28%	159.771,99	125.218,76	163.862,56
Financiamentos obtidos	50%	856.268,39	572.000,00	0,00
Outros passivos correntes	6%	623.754,08	587.081,44	628.975,62
Total	27%	2.123.965,87	1.672.232,16	1.009.122,70

A Instituição terminou o ano com uma dívida a fornecedores mais elevada do que no ano anterior, inerente aos fornecedores de imobilizado (obras em curso).

A rubrica Estado e outros entes públicos, reflete os pagamentos à segurança social, respeitante aos trabalhadores da Instituição.

O total do passivo foi superior ao do ano anterior, em cerca de 451 mil euros.

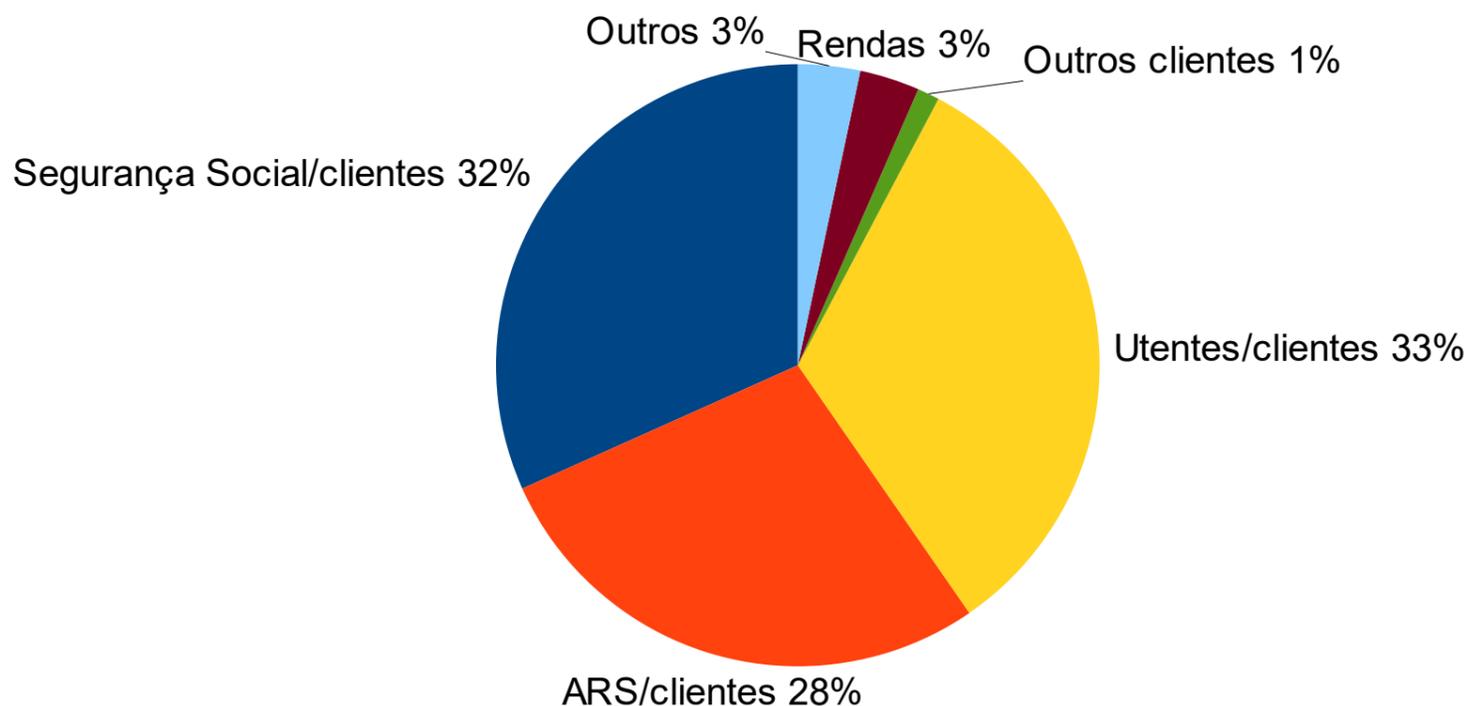
6.4. Passivo não Corrente

Aumento da dívida a médio e longo prazo, em cerca de 459 mil euros, corresponde às linhas de financiamento associadas às obras em curso. Salienta-se que os empréstimos da compra da casa sita na R. José Régio e o de aquisição e instalação dos painéis fotovoltaicos continuam a ser liquidados, ocorrendo a sua liquidação em agosto/2025 e outubro/2022, respetivamente.

7 – Origem dos recursos

Em 2020, a maior parte dos rendimentos, proveio da Comparticipação dos utentes (33%), Comparticipação da Segurança Social (32%) e ARS (28%), na qual se incluem a faturação de Cuidados Continuados e Fisiatria. Estas três rubricas estão na origem de cerca de (93%) dos rendimentos da Instituição.

Rendimentos



Comparativamente a 2019, registou-se uma quebra da faturação da fisioterapia de 36% (-344.899,97€) e das receitas do bar e do parque estacionamento de 58,3% (-35.883,14€), devido essencialmente ao encerramento destes serviços durante o período de confinamento.

Por outro lado, salienta-se o aumento das participações das valências sociais em 1,7% e 7,6% respetivamente (20.114,60€ e 83.483,80€), resultante das atualizações dos valores dos acordos de cooperação e da atualização extraordinária devida à situação pandémica.

No ano 2020 foram ainda recebidas as verbas da Zona de Jogo referente ao ano de 2019, não se contando com esta receita para o ano 2021.

8 – Gastos

A maior fatia dos gastos da Instituição, está relacionada com o pessoal (64%), o que dá consistência à ideia de que deverá haver uma visão estratégica para a gestão dos recursos humanos, não só pela sua importância em termos de custos, mas também devido ao papel que desempenham na qualidade do serviço prestado.

Uma visão estratégica de recursos humanos, implica o alinhamento dos recursos, com a estratégia da organização, nomeadamente, através da identificação dos objetivos estratégicos, claros e atingíveis, dos recursos necessários para os concretizar, da

captação de competências, da clarificação do papel que se espera de cada colaborador, da avaliação de desempenho, e, evidentemente, do reconhecimento e compensação, de quem se destaca no desempenho das suas funções.



Em comparação com 2019, destaca-se o aumento dos consumíveis em 13,5% (107.629,64€), nomeadamente em EPI's (103.179,30€). a diminuição dos encargos com avançados (fisioterapia e enfermagem) em 26,9% (-127.361,91€), por redução da atividade e alteração do vínculo profissional. Os gastos com pessoal aumentaram em 2,4% (80.717,71€) e houve uma diminuição dos encargos com eletricidade, combustíveis, água e gás de 25,2% (-66.966,97€) devido à otimização da utilização das energias renováveis e renegociação com fornecedores.

9 – Análise de contexto

Em 2020 a Instituição efetuou, pela primeira vez, uma análise às suas forças, oportunidades, fragilidades e ameaças, da qual resultou o seguinte quadro síntese:

Pontos Fortes (Contexto Interno)

- “Marca” com quase 265 anos de história;
- Vasto património urbano, e cultural;
- Órgãos sociais voluntários e com experiência em diferentes áreas;
- Localização do edifício sede, da Igreja e dos vários estabelecimentos no centro da cidade;
- Prestação de apoio domiciliário aos fins-de-semana e feriados;
- Experiência/antiguidade dos recursos

Pontos Frágeis (Contexto Interno)

- Baixa rentabilidade do ativo (património);
- Inexistência de planos estratégicos periódicos;
- Falta de comunicação interna e externa;
- Maioria dos funcionários com salários baixos para a exigência das funções que desempenham;
- Recursos humanos pouco qualificados;
- Forte dependência do setor público;
- Dificuldade em diversificar as fontes de

humanos.

financiamento;

- Reduzido envolvimento dos *stakeholders*, nomeadamente Irmãos;

Oportunidades (Contexto Externo)

- Existência de benefícios fiscais para as Misericórdias (ex: isenção de IMI);
- Existência de fundos específicos para as Misericórdias (ex: FRSS);
- Novo quadro comunitário para 2021-2027 (Portugal 2030);
- Comunidade aberta ao estabelecimento de parcerias com IPSS e Misericórdias;
- Envelhecimento da população;
- Indisponibilidade das famílias para tomarem conta dos idosos;
- Redução dos custos de comunicação (e-mail, redes sociais, newsletters online, youtube, etc...);
- Taxas de juro historicamente baixas.

Ameaças (Contexto Externo)

- Opinião pública desfavorável relativamente às IPSS e Misericórdias;
- Aumento constante das exigências legais;
- Concorrência do sector privado (ERPI e SAD);
- Crescente dependência das pessoas que procuram as ERPI e SAD;
- Novo estatuto do cuidador informal;

10 – Conclusão

A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim apresentou resultados líquidos negativos.

Em termos analíticos, o enquadramento económico da Instituição, evidenciou a sua fragilidade. A situação pandémica que nos assolou, ao ter provocado uma baixa significativa das receitas da unidade de Fisiatria, fez evidenciar o desequilíbrio económico da área social, e em especial as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, que continuam a dar prejuízo, e a conseqüente necessidade de unidades rentáveis, que permitam compensar esse desequilíbrio. Embora a Instituição tenha recorrido a todos os programas lançados pelo Governo, para minimizar os efeitos económicos da pandemia (67.794,51€), as participações obtidas foram residuais, quando comparadas com os acréscimos de despesas e redução de receitas verificados.

O esforço dos trabalhadores e o esforço financeiro, particularmente em meios de higienização e equipamentos de proteção, foi muito significativo, durante a maior parte do ano, o que comprometeu o equilíbrio financeiro, apesar de a estratégia de reduzir despesas, tenha tido algum peso positivo neste equilíbrio.

O crescente peso dos custos do trabalho, na estrutura de custos da Instituição, cuja tendência deverá manter-se nos próximos anos, face à evolução do salário mínimo nacional, exige uma profunda alteração na organização do trabalho nos diferentes setores

de atividade, bem como uma racional utilização dos outros meios necessários à atividade. Esta redução de despesas, deverá ser acompanhada por um aumento de receitas, baseada na autonomia financeira da Irmandade, melhor captação das participações dos utentes e seus familiares, alargamento da atividade da Fisiatria e criação de outra unidade da área saúde.

A Mesa Administrativa

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12.346.222,25	11.627.759,62
Propriedades de Investimento	5	1.156.850,00	1.170.350,00
Bens do Património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros	12.1	43.195,72	33.832,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		13.546.267,97	12.831.942,45
Ativo corrente			
Inventários	7	57.439,04	51.103,78
Créditos a receber	12.2	599.128,59	493.853,94
Estado e outros entes públicos	12.8	101.198,72	66.342,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	32.014,84	29.139,19
Outros ativos correntes	12.3	54.047,19	168.227,80
Caixa e depósitos bancários	12.5	135.175,98	133.894,55
Subtotal		979.004,36	942.561,46
Total do Ativo		14.525.272,33	13.774.503,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		55.969,82	55.969,82
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	2.689.168,85	2.645.327,57
Excedentes de revalorização		6.463.539,68	6.482.392,56
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.697.835,18	2.495.928,08
		11.906.513,53	11.679.618,03
Resultado Líquido do período		-343.086,17	43.841,28
Total do fundo do capital		11.563.427,36	11.723.459,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	837.879,10	378.812,44
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		837.879,10	378.812,44
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	484.171,41	387.931,96
Estado e outros entes públicos	12.8	159.771,99	125.218,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	856.268,39	572.000,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	12.9	623.754,08	587.081,44
Subtotal		2.123.965,87	1.672.232,16
Total do passivo		2.961.844,97	2.051.044,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14.525.272,33	13.774.503,91

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

O Contabilista Certificado



(José Loureiro dos Santos)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

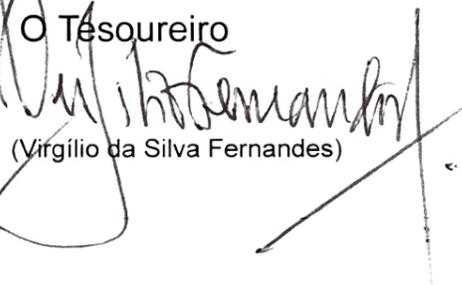
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	4.387.405,36	4.691.456,79
ISS, IP - Centros distritais		1.189.030,35	1.105.546,55
Outros		3.198.375,01	3.585.910,24
Subsídios, Doações e Legados à exploração	9	129.542,73	161.919,98
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-907.053,45	-799.423,81
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-742.274,92	-966.562,53
Gastos com pessoal	10	-3.376.484,16	-3.295.766,45
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.11	442.247,42	495.087,52
Outros gastos e perdas	12.12	-56.628,72	-31.253,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-123.245,74	255.457,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-206.329,70	-199.376,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-329.575,44	56.081,29
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	1.500,57	2.683,22
Juros e gastos similares suportados		-15.011,30	-14.923,23
Resultados antes de impostos		-343.086,17	43.841,28
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-343.086,17	43.841,28

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

O Contabilista Certificado



(José Loureiro dos Santos)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

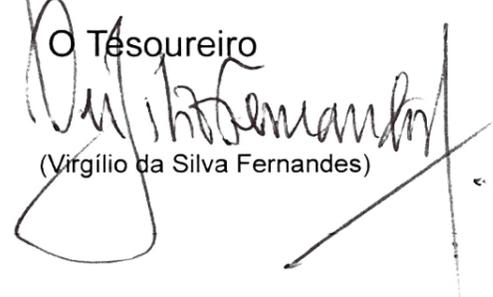
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		4.282.130,80	4.842.457,55
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1.372.785,14)	(1.265.677,77)
Pagamentos ao pessoal		(3.331.752,34)	(3.724.752,63)
Caixa gerada pelas operações		(422.406,68)	(147.972,85)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-00	(4.365,36)
Outros recebimentos/pagamentos		564.598,57	184.913,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		142.191,89	32.575,75
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(870.734,47)	(302.816,59)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1500,57	2.683,22
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(869.233,90)	(300.133,37)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		743.334,74	330.000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(80.708,20)
Juros e gastos similares		(15.011,30)	(15.056,58)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		728.323,44	234.235,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.281,43	(33.322,40)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		133.894,55	167.218,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	135.175,98	133.894,55

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

O Contabilista Certificado



(José Loureiro dos Santos)

Anexo

1. Identificação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, instituída no ano 1756, é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, traduzindo-se na prestação tripartida social/saúde/culto católico, com solidariedade a todos os que precisam.

É uma instituição particular de solidariedade social que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o nº43/85, a fls 24 verso, em 25/07/86, tendo adquirido a natureza de pessoa colectiva de utilidade pública.

Tem a sua sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Instituições do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março.

3.1.1.Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2.Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3.Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os irmãos e outras entidades.

3.1.4.Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos irmãos com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Em conformidade com as políticas contabilísticas aplicadas às ESNL os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortizações utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	4 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo médio ponderado.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o montante disponível em 31/12/2020, em caixa e depósitos bancários à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores, Empréstimos e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*”, “*Empréstimos*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” é constituída pelos Fundos, Reservas, Outras Variações nos Fundos Patrimoniais (subsídios) e Resultados Transitados.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados, e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

O Financiamento do Estado encontra-se registado no passivo, pelo valor obtido e dividido em corrente e não corrente.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social, as retenções na fonte de IRS e o IVA a entregar ao Estado em 2021, e os pedidos de reembolso do IVA a receber em 2021.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Contudo, tal como nos períodos anteriores, em 2020 foram reconhecidas na contabilidade como prestação de serviços, as participações protocoladas com a segurança social por serem contrapartidas dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número de utentes comunicado cada mês à segurança social. O valor recebido é comunicado mensalmente à autoridade tributária, juntamente com os valores dos serviços de cuidados continuados e dos restantes serviços.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e transferências, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Edifícios e outras construções	11.733.314,89	125.763,24				11.859.078,13
Equipamento básico	2.166.541,79	14.622,26				2.181.164,05
Equipamento de transporte	359.367,67	5.555,00				364.922,67
Equipamento biológico						-00
Equipamento administrativo	316.756,47	6.212,99				322.969,46
Outros Ativos fixos tangíveis	305.256,79	95,50				305.352,29
Imobilizações em curso	159.942,89	267.647,81				427.590,70
Total	15.041.180,50	419.896,80	-00	-00	-00	15.461.077,30
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções						-00
Equipamento básico	802.371,30	169.862,08				972.233,38
Equipamento de transporte	1.929.947,31	15.965,40				1.945.912,71
Equipamento biológico	321.236,92	7.247,90				328.484,82
Equipamento administrativo						-00
Outros Ativos fixos tangíveis	298.910,93	4.191,70				303.102,63
Imobilizações em curso	282.519,20	1.064,94				283.584,14
Total	3.634.985,66	198.332,02	-00	-00	-00	3.833.317,68

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Edifícios e outras construções	11.859.078,13	27.221,89				11.886.300,02
Equipamento básico	2.181.164,05	38.888,72				2.220.052,77
Equipamento de transporte	364.922,67	13.967,82				378.890,49
Equipamento biológico						-00
Equipamento administrativo	322.969,46	4.981,65				327.951,11
Outros Ativos fixos tangíveis	305.352,29	1.043,88				306.396,17
Imobilizações em curso	427.590,70	838.433,13				1.266.023,83
Total	15.461.077,30	924.537,09	-00	-00	-00	16.385.614,39
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções						-00
Equipamento básico	972.234,10	173.678,44				1.145.912,54
Equipamento de transporte	1.945.910,12	16.345,35	(255,24)			1.962.000,23
Equipamento biológico	328.484,77	11.070,89				339.555,66
Equipamento administrativo						-00
Outros Ativos fixos tangíveis	303.093,99	5.235,02				308.329,01
Imobilizações em curso	283.594,70	-00				283.594,70
Total	3.833.317,68	206.329,70	(255,24)	-00	-00	4.039.392,14

Propriedades de Investimento

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2019
Terrenos e recursos naturais	153.300,00	-00	-00	-00	-00	153.300,00
Edifícios e outras construções	1.017.050,00	-00	-00	-00	-00	1.017.050,00
Total	1.170.350,00	-00	-00	-00	-00	1.170.350,00

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2020
Terrenos e recursos naturais	153.300,00	-00	(13.500,00)	-00	-00	139.800,00
Edifícios e outras construções	1.017.050,00	-00	-00	-00	-00	1.017.050,00
Total	1.170.350,00	-00	(13.500,00)	-00	-00	1.156.850,00

6. Financiamentos Obtidos

Outros Financiadores

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Banco Português Gestão	20.000,00		20.000,00	20.000,00		20.000,00
Novo Banco	316.268,39	700.000,00	1.016.268,39	150.000,00	200.000,00	350.000,00
Banco Montepio	290.000,00		290.000,00	172.000,00		172.000,00
Banco Santander	230.000,00		230.000,00	230.000,00		230.000,00
Millennium BCP		48.333,44	48.333,44		72.500,08	72.500,08
Caixa Crédito Agrícola		89.545,66	89.545,66		106.312,06	106.312,06
Total	856.268,39	837.879,10	1.694.147,49	572.000,00	378.812,14	950.812,14

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 a rubrica “Inventários” utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado, e os seguintes valores finais:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41.658,29	800.460,48	8.408,82	51.103,78	900.541,93	12.846,78	57.439,04
Produtos Acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
Activos biológicos							
Total	41.658,29	800.460,48	8.408,82	51.103,78	900.541,93	12.846,78	57.439,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				799.423,81			907.053,45

8. Rédito

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Respostas sociais	1.180.126,62	1.156.977,67
Protocolos de cooperação p/ prestação de serviços	1.189.030,35	1.105.546,55
Respostas saúde	1.918.668,97	2.274.705,37
Joias	-00	400,00
Reembolso material incontinência	68.450,81	58.037,25
Bar e comissões máquina café	25.674,83	61.557,97
Senhas	1.215,00	2.043,00
Receitas parque estacionamento	406,50	27.485,13
Receitas Culto	3.832,28	4.703,85
Total	4.387.405,36	4.691.456,79

9. Subsídios do Governo e outras entidades

Os valores obtidos na rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração” em 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Autarquia	0,00	83.843,43
IEFP	49.688,07	37.381,64
Instituto Turismo	40.389,69	40.694,91
Medidas Covid	39.464,97	0,00
Total	129.542,73	161.919,98

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foram “22” e não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2020 e 2019 foi de “249” e “254”, respetivamente.

Nos encargos sobre remunerações nem todos os trabalhadores têm a mesma Taxa Única Social, para a grande maioria é aplicada a taxa de 22,3%, um a 16,4%, uma a 19,3% e a outros é aplicada a taxa de 19,7% e 11,9%.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-00	-00
Remunerações ao Pessoal	2.642.118,50	2.562.782,47
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	572.844,96	555.441,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	66.345,70	62.330,58
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	95.175,00	115.212,18
Total	3.376.484,16	3.295.766,45

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas – 2020

Descrição	Numero médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	249	525.523
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	13	3.500
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	246	517.222
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	16	11.801
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	56	113.074
Mulheres	206	415.949
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa	262	529.023
Prestadores de serviços	22	9.500
Pessoas colocadas através de programas do IEFP	4	8.320
Total	288	546.843

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 a Instituição detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”

Investimentos financeiros	2020	2019
Ações	19.274,34	14.774,34
Fundo Comp. Trabalho	23.921,38	19.058,49
	43.195,72	33.832,83

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “*Créditos a receber*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c	564.033,56	458.758,91
clientes gerais	530.410,08	465.973,98
utentes	33.623,48	(7.215,07)
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	35.095,03	35.095,03
clientes gerais	-00	-00
utentes	35.095,03	35.095,03
Perdas por Imparidade Acumuladas	-00	-00
clientes gerais	-00	-00
utentes	-00	-00
Total	599.128,59	493.853,94

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Autarquia	-00	-00	82.718,43	-00
Rendas CCRD	5.820,05	-00	80.696,55	-00
Outras rendas	9.399,20	-00	-00	-00
CDSSN	18.024,01	-00	3.642,50	-00
IEFP	19.633,61	-00	-00	-00
Fundo de maneo atribuídos	1.022,72	-00	1.022,72	-00
Outros devedores	147,60	-00	147,60	-00
Total	54.047,19	-00	168.227,80	-00

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	-00	-00
Outros	32.014,84	29.139,19
Total	32.014,84	29.139,19

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Depósitos Bancários e Caixa	2020	2019
Caixa	3.831,03	10.602,61
Depósitos à Ordem	131.344,95	123.291,94
	135.175,98	133.894,55

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Posição no início do período	55.969,82			55.969,82
Fundos				-00
Resultados transitados	2.689.168,85			2.689.168,85
Ajustamentos em ativos financeiros	758.012,88		(18.852,88)	739.160,00
Excedentes revalorização ativos fixos	5.724.379,68			5.724.379,68
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.495.928,08	285.004,94	(83.097,84)	2.697.835,18
Sub-total	11.723.459,31	285.004,94	(101.950,72)	11.906.513,53
Resultados Líquidos do período	-00		(343.086,17)	(343.086,17)
Total	11.723.459,31	285.004,94	(445.036,89)	11.563.427,36

12.7 Fornecedores

A rubrica de “*Fornecedores*” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	484.370,41	387.931,96
Fornecedores facturas em recepção e conferência	(199,00)	-00
Total	484.171,41	387.931,96

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Pagamento por conta	-00	4.476,94
IVA suportado – valor do IVA a restituir à Instituição, de bens alimentares e imobilizado.	101.198,72	61.865,26
Total	101.198,72	66.342,20
Passivo		
IRS	24.850,71	27.419,79
IVA a pagar	11.483,79	4.680,71
FCT/FGCT	606,65	606,65
Pagamento Seg. Social	122.830,84	92.511,61
Total	159.771,99	125.218,76

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “*Outras contas a pagar*” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
subsid.férias e férias de 2020 e duod.subs. natal; e duod. Subsid. férias e férias 2021	-00	453.490,68	-00	406.872,51
a pessoal	-00	770,04	-00	2.895,16
pagamento a tribunal	-00	2.577,01	-00	3.772,84
sindicatos	-00	232,77	-00	-00
adiantamentos de utentes	-00	162.691,19	-00	169.394,96
rendas de outros imóveis	-00	-00	-00	153,58
para encargos com funerais	-00	3.992,39	-00	3.992,39
Total	-00	623.754,08	-00	587.081,44

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” é detalhada conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Subcontratos		
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	105.806,47	150.693,57
Publicidade e propaganda	5.746,90	5.558,76
Vigilância e segurança	-00	240,00
Honorários	240.568,38	323.043,19
Conservação e reparação	68.408,61	84.822,57
Outros	4.660,79	6.385,21
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.993,38	6.496,52
Livros e utensílios de desgaste rápido	171,68	879,57
Material de escritório	-00	-00
Artigos para oferta	3.808,35	3.298,81
Outros	3.059,27	4.396,55
Energia e fluidos		
Electricidade	56.689,08	109.778,97
Combustíveis	10.490,22	22.313,99
Água	35.034,87	48.916,80
Outros	96.726,08	84.897,46
Deslocações, estadas e transportes	1.028,48	1.313,84
Serviços diversos (*)		
Limpeza, higiene e conforto	29.634,29	11.827,41
Seguros	26.264,39	27.112,06
Comunicação	17.767,06	17.030,19
Outros serviços	1.199,56	2.341,48
Rendas e alugueres	287,82	1.151,28
Contencioso e notariado	454,04	384,91
Encargos com utentes	26.180,20	50.033,08
Despesas funerárias	2.295,00	3.646,31
Total	742.274,92	966.562,53

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 2019 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Donativos	70.364,74	47.997,87
Rendas	148.428,89	143.504,86
Alienação ativos fixos tangíveis	3.500,00	-00
Subsídios p/ investimento	83.097,84	90.022,66
Subsídio alimentação em espécie	88.322,75	101.294,67
Consignação IRS	5.556,95	23.516,77
Reembolso 50% IVA bens alimentares e ativo fixo tangível	19.212,98	20.951,42
Subsídio de funeral	1.307,28	-00
Correções de períodos anteriores	-00	57.661,70
Outros não especificados	22.455,99	10.137,57
Total	442.247,42	495.087,52

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” e nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 2019 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Impostos/Taxas	2.010,91	1.537,36
Apoio pecun. Carênciados /Grat. utentes	966,67	6.576,19
Correções de períodos anteriores	43.760,50	-00
Quotizações	4.078,00	4.078,00
Perdas de inventário	4.754,50	2.482,60
Outros não especificados	1.058,14	16.579,72
Total	56.628,72	31.253,87

12.13 Resultados Financeiros

Os juros e similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	15.011,30	14.923,23
Total	15.011,30	14.923,23
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.500,57	2.683,22
Total	1.500,57	2.683,22
Resultados financeiros	(13.510,73)	(12.240,01)

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa a 11 de março de 2021.

A Instituição espera que o impacto da 2ª vaga da pandemia seja menos significativo que o anterior, em virtude do não encerramento da fisioterapia. Como tal a nova vaga da pandemia não colocará em causa a continuidade da Instituição.



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim”, que compreendem o balanço em 31/12/2020 (que evidencia um total de 14.525.272,33 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.563.427,36 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 343.086,17 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim” em 31/12/2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 12.14 do anexo às contas e no relatório de atividades, a economia e as empresas a nível mundial continuam a enfrentar desafios inesperados em resultado do Coronavírus (“COVID-19”). A Mesa Administrativa considera que esta pandemia e os sucessivos confinamentos obrigatórios, terão necessariamente um impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade da Entidade. Continuam a ser implementados Planos de Contingência com o objetivo de garantir a segurança dos colaboradores e comunidade em geral, bem como assegurar a continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



Ivo Marcelo Duarte
Figueira Matos de Araújo

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

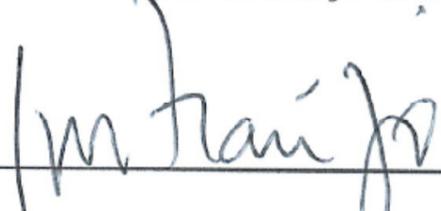
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Póvoa de Varzim, 23 de março de 2021



Ivo Matos de Araújo (ROC n.º 1711)



RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO

PERÍODO DE 2020-01-01 A 2020-12-31

Caros Irmãos

Nos termos do nº.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2020, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;
- b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;
- c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

- a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;
- b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;
- c As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:

- O activo não corrente cresceu 5,5% fruto dos investimentos realizados nas obras já realizadas de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação do Pensionato e Requalificação Energética dos Edifícios da Estrutura Residencial;

- No activo corrente de destacar as rubricas:



-- "créditos a receber", que aumentou 21,3% face ao exercício anterior e mantém-se elevada (€ 599.128,59). Tais créditos são provenientes de obrigações contratuais referentes a serviços prestados na área de cuidados continuados e de fisioterapia, da responsabilidade da ARS e da Segurança Social, sendo público os atrasos do Estado, cada vez mais acentuados, na liquidação das suas dívidas; e

- No passivo é de salientar:

-- Passivo não corrente “ Financiamentos obtidos” com um aumento de cerca de 121%, totalizando o montante de € 837.879,10, justifica-se pela necessidade de fazer face ao investimento das obras em curso;

-- Passivo corrente “ fornecedores”, que inclui fornecedores de investimento, aumento de 24,8% que, no entanto, mantém um prazo máximo de pagamentos de 90 dias, o que é perfeitamente aceitável.

-- Passivo corrente “financiamentos obtidos- curto prazo” aumento de 49,7%. Tal acréscimo tem a sua origem, completamente justificável, na necessidade de financiar a tesouraria face ao decréscimo de receitas originadas pela pandemia.

- a rubrica “ outros passivos correntes” prende-se com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2021;

d) A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, alguns valores diferentes da linha que vem sendo seguida, mas perfeitamente justificáveis e aceitáveis, sendo de referir o seguinte:

- Especificamente, quanto à atividade da Instituição, o resultado negativo apresentado não é preocupante, pois foi um ano anormal devido ao encerramento de alguns serviços que provocaram uma quebra significativa nas receitas, bem como um aumento, justificado, nos consumíveis (obrigatórios face à situação), sendo de louvar a aposta feita em termos de investimentos nos anos anteriores e que resultaram na diminuição acentuada dos encargos com electricidade, combustíveis , água e gás, sendo de realçar o seguinte:

- As receitas na sua globalidade, decresceram 7,3%, sendo de salientar o seguinte:

-- Quebra de facturação da Fisioterapia em cerca de € 345.000, devido ao encerramento da actividade nos meses de confinamento;



-- Quebras das receitas do bar e encerramento do parque de estacionamento em cerca de € 63.000;

-- Receitas extraordinárias da facturação da imagiologia e de apoio da Autarquia, de 2019, não repetidas em 2020, em cerca de € 140.000.

- Os custos na sua globalidade mantiveram-se quase inalteráveis, pois o aumento dos consumíveis em 13,5% foi compensado pela diminuição dos encargos com avançados (fisioterapia e enfermagem) por redução da actividade e alteração do vínculo profissional, bem como pela redução dos encargos com electricidade, combustíveis, água e gás, em cerca de 25%, o que demonstra uma gestão muito cautelosa e rigorosa.

- Por fim, é de salientar e louvar o esforço e a dedicação da Direcção na forma dedicada como tem conseguido ultrapassar esta fase tão marcante na vida das pessoas e da Instituição.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 14 525 272,33 e um total de fundos patrimoniais de € 11 563 427,36 (incluindo um resultado líquido negativo do período de € 343 086,17) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.

PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2020 a 31 Dezembro de 2020, propondo-se um voto de louvor à Mesa Administrativa.

Póvoa de Varzim, 11 de Março 2021



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Fundada em 23 de maio de 1756

Definitório

O Definitório

João Gomes - Presidente

Maria Emilia Macedo Oliveira - Vice-Presidente

José Alberto de Sousa e Silva - Secretário

Corpos Sociais para o quadriénio 2020/2023

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira*
Vice-Presidente *José Carlos Brandão Gomes*
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
Segundo Secretário *José Antunes Santos Silva*
Suplentes *Abel Alcino da Silva Ferreira*
José Miguel Alves de Aguiar Quintas

DEFINITÓRIO

Presidente *João Pereira Gomes*
Vice-Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*
Secretária *José Alberto de Sousa e Silva*
Suplentes *Joaquim José Pereira Figueiredo*
Jorge Manuel de Guimarães Caimoto

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira*
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé*
Secretário *José Manuel Lobo Martins*
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*
Vogais *Mário José Leite*
António Fernando Maio Ribeiro
Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro
Suplentes *António Manuel Gomes Carvalho*
Gaspar Rodrigues da Silva
Manuel Abel Milhazes Rigor
João Maria de Freitas Pereira